

## **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019**

### **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2019 PMSMG-PE-SR**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020.0610.001

### **TERMO DE CONTRATO Nº 2020-1310-006 CPL/PMO**

TERMO DE CONTRATO Nº **2020-1310-006**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURÉM/PREFEITURA MUNICIPAL, POR, OUTRO LADO A CONTRATADA **NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME, CNPJ: 05.048.534/0001-01**, PARA MEDICAMENTO EM GERAL E PSICOTRÓPICO.

**MUNICÍPIO DE OURÉM/PREFEITURA MUNICIPAL**, entidade de Direito Público, com CNPJ nº 05.149.133/0001-48, com sede à Travessa Lazaro Picanço nº110, Centro nesta cidade de Ourém, Estado do Pará, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **VALDEMIRO FERNANDES COELHO JUNIOR**, brasileiro, casado, portador de Carteira de Identidade nº 2776957 e CPF nº 247.373.052-00, residente à Tv. Tembés nº 468; Centro, Ourém - Pará, ora denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado: **NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME, CNPJ: 05.048.534/0001-01**, com sede na Rua Fernando Guilhon nº 67, Bairro: lanetama, CEP 68.745-110, Cidade Castanhal-PA, representada por **SEBASTIÃO VALDINEZ DOS SANTOS SILVA**, portador de CI nº3775134 SSP/PA e CPF/MF nº 223.347.342-68, residente e domiciliado a Rua Fernando Guilhon nº 47, Bairro: lanetama, CEP: 68.745-110, Cidade Castanhal-PA, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social] **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no processo administrativo nº 20200610001-PMO, em adesão à a Ata de Registro de Preços nº 033/2019-SMG (Pregão Eletrônico No 033/2019), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto na Aquisição de Medicamentos em Geral e Psicotrópico, material hospitalar e laboratorial, de acordo com a planilha abaixo.

Item	Medicamento	Quant. Máx.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
11	Água para injeção 500 mL, solução injetável, endovenosa, sistema fechado	1.300	AMPOLA	4,40	5.720,00
16	Amicacina sulfato de 100 mg/mL, solução injetável 2 ML	500	AMPOLA	3,49	1.745,00
18	Aminofilina 24 mg/mL, solução injetável de 10 mL.	500	AMPOLA	1,54	770,00
20	Amiodarona cloridrato de 50 mg/mL, solução injetável, ampola 3 mL	500	AMPOLA	2,27	1.135,00
38	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 500 mg/ mL + 40 mg/mL, solução injetável.Ampola de 1 ml.	5.000	AMPOLA	1,34	6.700,00
40	Butilbrometo de escopolamina 20mg/mL, solução injetável, ampola de 4 mL	3.500	AMPOLA	1,50	5.250,00
232	Agulha desc. 30x7, caixa com 100 unid.	200	CX	12,00	2.400,00

246	kit aparelho de pressão adulto	50	KIT	14,83	741,50
252	Álcool gel 70% (1lt), caixa com 12 unid.	15	CX	79,68	1.195,20
260	Coletor de mat. perfuro cortante 13 litros	1.000	UND	3,36	3.360,00
262	Compressa de gaze 7,5x7,5 09 fios pct c/5	4300	PCT	18,00	77.400,00
302	Dreno de pendrose nº 02	60	UNID	3,55	213,00
311	Dreno de pendrose nº 01	60	UND	1,00	60,00
321	Esparadrapo 10cm x 4,5mt c/capa	1.700	RL	3,96	6.732,00
354	Lanceta descartável c/100 und – estéril	200	CX	38,00	7.600,00
393	Sonda de foley nº 16	350	UND	2,13	745,50
397	Sonda nasogastrica curta nº10	30	UND	0,73	21,90
470	Mascara PFF2 com elástico e filtro	10	CX	37,25	372,50

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E PAGAMENTO

2.1 O valor estimado do contrato corresponde à **R\$ 122.161,60 (cento e vinte e dois mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos)**.

2.2. A nota fiscal deverá ser emitida mensalmente, e o pagamento será feito de acordo com os produtos entregues.

2.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria empresa, obrigatoriamente contendo o número de inscrição no CNPJ, redigida em letras legíveis, sem rasuras ou erros, com os dados bancários para pagamento e entregue em até 10 (dez) dia após a requisição dos produtos;

2.4. Juntamente com a nota fiscal deverão ser entregues as certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, de INSS, Trabalhista e FGTS, todas dentro do prazo de validade, visando atender o artigo 29, inciso IV da Lei no 8.666/93.

2.5. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias úteis após a data de recebimento dos produtos, nos termos do art. 5º, §3º da Lei 8.666/93, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades.

2.6. A nota fiscal deverá vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação de manutenção das condições para habilitação exigidas no Instrumento Convocatório.

Se a nota fiscal/fatura for apresentada em desacordo com o contratado e/ou com irregularidades, ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular pagamento ficará suspenso, até que a fornecedora providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

3.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Despesa, Exercício de 2020:

1010 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1349 2.066 – Manutenção do Programa Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO

10.301.1339 2.061 – Manutenção do Programa Saúde da Família

10.302.1004 2.069 – Manutenção do Programas Especiais

10.301.0230 2.057 – Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica

10 302 0210 2.068 – Manutenção MACA

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única ou parcelada, com quantitativo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total estimado para cada item em que foi vencedora.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se e o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de 06(seis) meses contados da assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) titular do Serviço ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

7.2. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento realizado pela Administração do Tribunal ou da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Brasileiro de Geografia e Estatística e a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 1 significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

9.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito

9.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 1 desta cláusula.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. A rescisão deste contrato poderá ocorrer nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

10.1.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O presente contrato fundamentam-se nas Leis nº 10.024/2019, 10.520/2020 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico Nº 033/2019-PMSMG, constante da adesão ao Ata de Registro de Preços nº 033/2019, do Município de São Miguel do Guamá-PA, bem como à proposta da CONTRATADA.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

12.1. ACONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da apresentação do documento fiscal correspondente ao trimestre anterior.

12.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

12.3. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento da CONTRATADA como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando da ocorrência de eventuais prorrogações contratuais.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.4.1. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 4, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

12.5. ACONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

12.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016 e VP = Valor da prestação em atraso.

12.7. A não apresentação da documentação de que trata a Cláusula Décima -DOCUMENTAÇÃO FISCAL – nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato, e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

13.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei no 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

13.1.1. apresentar documentação falsa;

13.1.2. fraudar a execução do contrato;

13.1.3. comportar-se de modo inidoneo

13.1.4. cometer fraude fiscal; ou

13.1.5. fizer declaração falsa.

13.2. Para os fins, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

13.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4” e “6”, e nas tabelas 1e2 abaixo, com as seguintes penalidades:

13.3.1. advertência;

13.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

13.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

13.4. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.5. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de fornecimento.

13.6. No caso do cometimento das infrações elencadas no item 5 acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% (cinco por cento) do contrato.

13.7.0 valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

13.7.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

13.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa;

13.8. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Ourém, Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas de forma digital pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

OURÉM-PARÁ, 13 DE OUTUBRO DE 2020.

**VALDEMIRO FERNANDES COELHO JUNIOR**

Prefeito Municipal

CPF/MF n.º 247.373.052-00

Contratante

**NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME**

CNPJ: 05.048.534/0001-01

CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
Testemunha

CPF:.....

\_\_\_\_\_  
Testemunha

CPF:.....